

n.º 1817

I. PEIXENTAL REG.

**FRENTE DOS
ARTISTAS POPULARES
E INTELLECTUAIS
REVOLUCIONARIOS**

N.º 3 Março 1977

BOLETIM DA FAPIR

PORTO / 77

FESTIVAL POPULAR 25 DE ABRIL



**23
24
25**

Uma iniciativa da FAPIR
(Frente de Artistas Po-
pulares e Intelectuais Re-
volucionários), aberta a
todos os anti-fascistas

ABRIL





**1.º jogos
florais do
25 de abril**
PORTO/77

- poesia e prosa
- música
- cinema e fotog.
- pintura e
escultura
- carros alegóricos

**integrados no
festival popular
25 de abril**

uma iniciativa da FAPIR, aberta
à participação de todos os
anti-fascistas

**UM PRIMEIRO BALANÇO
DA INCONTÁVEL CRIATIVIDADE POPULAR
DESENCADEADA NO PÓS-25 DE ABRIL**

Eis a ambição destes Jogos Florais.

Já pediste, já procuraste, já leste o seu Regulamento? Afí verás como podes — como deves — participar. Verás quem poderás interessar nisso à tua volta. Certamente muita gente.

As modalidades e sub-modalidades são as seguintes:

- POESIA (romança, mote, quadra popular, poema, slogan);
- PROSA (conto, peça de teatro, crónica, ensaio, conto para crianças);
- ARTES PLÁSTICAS (desenho, pintura, escultura, etc.);
- FOTOGRAFIA (papel, diapositivo, foto-montagem, etc.);
- MÚSICA (canção ou cantiga, instrumental popular, obra para banda, obra coral);
- CINEMA (curta-metragem, "documentário", idem "ficção")
- CARROS ALEGÓRICOS

Não percas tempo. Não deixes, na gaveta, uma ideia. Não deixes, por fazer, um contacto com um concorrente possível.

O Regulamento chama a atenção para a importância das formas populares de expressão literária e artística. Que mais podemos desejar — nós que somos da FAPIR — do que esse encontro ainda tão raro e misterioso entre artistas profissionais e os artistas populares?

Atenção aos prazos de entrega!

BOLETIM DA FAPIR

BOLETIM DA FAPIR (interno), nº3, 30 de Março de 1977. Sai todos os meses.



FERNANDO GUSMÃO ENTREVISTA RUI MENDES
RUI MENDES ENTREVISTA FERNANDO GUSMÃO
Fotos de JOÃO PEREIRA DE ALMEIDA

2

REVIVER LÁGRIMAS DE ALEGRIA

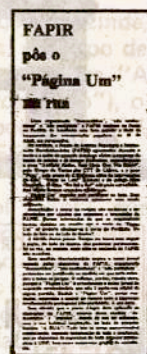


3

UMA FESTA, UM ARRANQUE

7

2 POSIÇÕES 2 RESPOSTAS



9

PORQUE RECUSO O FADO



15

AUGUSTO BOAL NÃO SERVE A SEC?

17

fapir fapir fapir fapir

DOIS PLENÁRIOS DISTRIAIS



OS FAZ TUDO E VIVÓ CIRCO



A CENTELHA EM VISEU

Morada provisória: Casa da "Comuna", à Praça de Espanha Lisboa
Tel:762624

Atelier gráfico: Rua Vale Formoso, 18 Tel:384493 Lisboa 6
Colaboraram neste número: João Pereira de Almeida, Jorge Barros, Manuel Botelho, Zé Mário Branco, José Carretas, António Costa, Hélia Correia, Rui Sousa Fernando, Fernando Gusmão, António Magalhães, Eduardo Mamede, Rui Mendes, Jorge Serrão, Grupo de Reportório, Grupo de Artes Plásticas, Grupo de Apoio aos Grupos Amadores, Comissão Coordenadora do Secretariado Nacional Provisório, Cooperativa de Teatro "Os Faz-Tudo", Grupo de Canto Popular de Almada, Grupo de Teatro "A Centelha".

A assinatura do BOLETIM DA FAPIR poderá ser feita por 12 números. O custo desta assinatura é de cem escudos para o não aderente e de setenta para o aderente.

Composição e Montagem: Av. 5 de Outubro, 176 40 dt - Lisboa
Impressão: Grua Artes Gráficas, Trav. das Almas 2-A - Lisboa

O 25 de Abril de 1974 foi uma festa do povo português. Não apenas uma festa-ritual como tantas outras, mas sim uma festa-transformação, em que o povo nas ruas — como sujeito e não como objecto — arrastou à sua frente muitas encenações possíveis de um golpe de Estado. Foi uma explosão de luta e de alegria.

O 25 de Abril de 1974 foi um acto popular de Cultura, com uma força, uma clareza e uma criatividade que só vividas por dentro se podem avaliar. Acto de cultura porque varreu impetuosamente o edifício do fascismo — que é a anti-cultura levada ao extremo. Acto de cultura como assumpção de liberdade, directa e imediatamente praticada.

Nesses dias inesquecíveis, as pessoas não se perderam em análises e discussões sobre “o conceito mais correcto de liberdade”. Os oficiais do MFA derrubaram o governo. O povo saiu à rua, atirou-se a cantar ao edifício do fascismo e, na medida do possível, foi-o destruindo.

Derrubar o fascismo foi um acto cultural de alegria, para além do evidente acto político. Um acto que pertence ao património popular.

O fascismo caiu. Mas não morreu.

Por isso, o 25 de Abril continua a ser — será sempre — uma arma poderosa nas mãos dos antifascistas. Comemorá-lo condignamente será o reviver dessa força despoletada, o reviver dessas lágrimas de alegria, o reviver dessa unidade de milhões praticando a liberdade.

Para nós, artistas e intelectuais de variados quadrantes, seria um equívoco limitar as comemorações dessa história “festa popular” à escala dos feriados nacionais, dos discursos frios e formais dos salões oficiais, ou ainda — o que seria lamentável — encará-lo como um inesperado domingo suplementar a meio da semana.

Por isso a FAPIR — Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários — toma a iniciativa de organizar, no Porto, em 1977, o FESTIVAL POPULAR DO 25 DE ABRIL, uma iniciativa aberta à participação de todos os antifascistas.

REVIVER LÁGRIMAS D'ALEGRIA



UMA FESTA UM ARRANQUE!

“Vamos para a frente com o Festival?”

“Vamos!”

Com este grito terminou uma excelente jornada artística levada a efeito no Porto, como primeiro lançamento do Festival Popular do 25 de Abril — a festa do dia 27 de Fevereiro, no Pavilhão do Académico.

O projecto desta realização fora lançado — tal como a própria ideia do Festival — na reunião da FAPIR de 9 de Janeiro, no Porto. Logo se viu que essa festa deveria constituir o primeiro grande passo para o Festival. Uma equipa dinâmica de camaradas da FAPIR logo meteu mãos à obra. As diversas tarefas — planeamento artístico, finanças, decoração, propaganda, etc. — foram distribuídas e levadas a cabo com método e entusiasmo.

Durante toda a tarde e toda a noite desse domingo, perante um Pavilhão quase sempre cheio, e apenas com uma hora de intervalo para o jantar, desfilaram artistas profissionais e amadores, uns do norte e outros do sul, muitos filiados na FAPIR e outros não. Neste último caso, destacamos a participação dos camaradas do Grupo Coral do CEEC, e do Grupo de Danças Populares do TUP (ambos do Porto) e do Grupo de Teatro dos CTT (de Lisboa).

O espectáculo foi aberto com uma entrada de Zés-Pereiras, com bombos, caixas e ponteiro de gaita, com elementos do GAC “Vozes na Luta”, e da “Feira” GIC. Depois, sem interrupção, actuaram: o Coro Popular do La-



go, o Grupo Coral de Ermezinde, José Fanha, Tino Flores, o Grupo de Teatro dos CTT (com a peça “Aleixo — Este livro que vos deixo”), o Grupo de Danças Populares do TUP, o Grupo Coral do CEEC e o GAC “Vozes na Luta”.

O filme “De Sol a Sol”, que não pôde ser exibido como previsto devido a um incidente com a cópia, ficou prometido a todos os presentes, em sessões gratuitas a organizar pela FAPIR no Porto, em data a anunciar.

Depois do (curto) intervalo do jantar, ouvimos o Grupo Popular de Almada, Mário Viegas, o GATEC (de Braga), a “Comuna” — que se apresentou, pela primeira vez no Porto, com a peça “Fogo!” e ainda Miro Casabella (cantor galego) e uma apresentação da “Feira” que integrava muitos elementos não pertencentes ao grupo, entre os quais Aníbal e José Mário Branco.

À tarde e à noite, foram feitas duas intervenções comemorativas do 1º aniversário da proclamação da República Árabe Sarauí Democrática, onde os camaradas do Comité de Amizade

Portugal-F. Polisário e o camarada António Costa (do SNP da FAPIR) apelaram à solidariedade com o povo sarauí.

Nas bancas, além da FAPIR, da solidariedade com os antifascistas brasileiros presos e da F. Polisário, estiveram os camaradas da editora Afrontamento, que no final ofereceram ao Festival 10% das receitas da sua banca.

No geral, a festa popular teve ritmo e qualidade artística, combatividade, e (sobretudo em certos momentos) grande participação do público.

Uma nota negativa: os materiais do Festival — cartazes, autocolantes, cartões de acesso, regulamento dos Jogos Florais — não puderam estar prontos a tempo. Nesse dia, falou-se pouco do Festival. Os camaradas dos grupos actuantes, assim como os responsáveis pela apresentação, deveriam ter dado mais atenção a esse aspecto. Na realidade foi mais uma festa de lançamento da FAPIR do que uma festa de lançamento do Festival — quando o acento tónico deveria ter sido posto neste último.



A UNIDADE FORJA-SE NA PRÁTICA DA LUTA

Aquando do lançamento do Festival, que é uma iniciativa nacional da FAPIR, longamente discutida no Secretariado Nacional (Provisório), venceu a ideia — que nos parece justíssima — de que a sua organização deveria ser aberta e merecer o apoio dos antifascistas de todos os sectores. Com efeito, por mais dedicação e seriedade que dediquemos à edificação da FAPIR, temos que reconhecer que ela é **ainda** pequena e estreita. Muitos artistas populares e intelectuais revolucionários se vêm juntar a nós dia a dia. Mas não chega; e só agora, por exemplo, acumulámos forças organizadas suficientes para efectuar os dois primeiros Plenários Distritais (Porto e Lisboa).

É neste contexto, camaradas e amigos, que a FAPIR lança a iniciativa do Festival. Festival Popular do 25 de Abril. Para "reviver lágrimas de alegria". Esse 25 de Abril, essas lágrimas de alegria que pertencem a todo o povo trabalhador e antifascista, povo esse que, de momento, ainda não vê na do Festival. Festival Popular do 25 de Abril. Para "reviver lágrimas de alegria". Esse 25 de Abril, essas lágrimas de alegria que pertencem a todo o povo trabalhador e antifascista, povo esse que, de momento, ainda não vê na FAPIR a **sua** frente cultural antifascista e anti-imperialista.

Foi com esta honestidade e com este realismo que convidámos outros antifascistas — que até agora não quiseram aderir à nossa Frente — para participarem no Festival. A começar pela sua Comissão Organizadora. Deste modo, na prática do Festival, na luta por esta grande jornada antifascista, criámos as condições de uma unidade real. Não uma unidade daqueles que já estão unidos, mas uma unidade daqueles que, mais do que nunca, urge unir. Não uma unidade assente na proclamação de intenções, mas uma unidade assente naquilo em que as pessoas "ou são, ou não são": a sua prática. E a nossa FAPIR crescerá deste modo, ou então não crescerá.

A Comissão Organizadora do Festival Popular do 25 de Abril foi formada dentro deste espírito. A base em que tudo assenta é a plataforma "Reviver lágrimas de alegria" e o projecto de programa por nós apresentado. Nessas condições, a **Comissão Organizadora é responsável pelo Festival, autónoma da própria FAPIR, e de quaisquer outras estruturas.** E por todo o país devemos incentivar a criação de "CLAF's — 25 de Abril (Comissões Locais de Apoio ao Festival)", que serão outros tantos embriões de unidade cultural antifascista.

Aos membros da FAPIR, e sobretudo aos seus dirigentes nacionais e distritais, compete compreender o sentido profundo desta iniciativa, baterem-se pelo seu êxito com todas as forças — e, sobretudo, não cometerem a incoerência de exigir "lucros" para a FAPIR antes de ela ter dado as suas provas. Isso não. Sobretudo tratando-se do 25 de Abril e da importância que a sua revivência terá para o incremento da luta do povo contra o fascismo.

COMO ESTÁ ESTRUTURADA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO FESTIVAL?

De momento, e sem prejuízo de pequenas modificações que venham a ser feitas no percurso até ao Festival, fazem parte da Comissão Organizadora as seguintes pessoas:

- Alexandre Alves Costa, arquitecto, professor da Escola de Belas-Artes do Porto;
- António Pires, bancário;
- Conceição Rocha, professora, do CEEC;
- Francisco Beja, do Secret. Distrital (Provisório) do Porto da FAPIR;

COMO VAI CRESCENDO O FESTIVAL POPULAR DO 25 DE ABRIL



Desde que uma ideia nasce até que se realiza, há sempre um percurso a fazer. Percurso mais complicado quando a ideia é ambiciosa. Mais moroso e difícil quando a inércia é grande.

A pouco mais de um mês da data do Festival, em que estamos?

- José Prata - FEIRA-GIC(aderente da FAPIR)
- Isabel Alves Costa, idem;
- José Grade, escultor, prof. da Escola de Belas-Artes do Porto;
- José Mário Branco, do Secret. Nacional (Provisório) da FAPIR;
- Laura Soutinho, pintora;
- Luis Tavares, prof. da Fac. de Engenharia do Porto (aderente da FAPIR);
- Marcela Torres, da editora Afrontamento;
- Maria da Glória Padrão, prof. da Fac. de Letras do Porto e da direcção da Associação Portuguesa de Escritores;
- Natércia, da redacção-norte da "Gazeta da Semana".

Estas pessoas repartem-se por várias comissões e sub-comissões, onde participam por sua vez muitos outros colaboradores do Festival:

- Comissão de Gestão-Contactos-Propaganda;
- Comissão do Programa Cultural
- Comissão da Infra-estrutura técnica
- Comissão dos Serviços

Estavam em formação, em 13 de Março, mais duas comissões especiais, como desdobramento da Comissão do Programa:

- Comissão do Festival Infantil (que inclui a criação de "CLAF's" infantis nos bairros populares do Porto);
- Comissão do Espectáculo Final (que inclui todo o trabalho preparatório de inquéritos e pequenos espectáculos de rua).

Para a correspondência relativa ao Festival, existe o APARTADO 48, PORTO.

É URGENTE A CRIAÇÃO DE "CLAF's" E O APOIO CULTURAL E FINANCEIRO AO FESTIVAL

Noutro local reproduzimos o texto distribuído para a formação de "CLAF's". Não é necessário insistir na importância da criação da mais vasta rede possível de Comissões de Apoio, dentro do espírito e das normas indicadas pela Comissão Organizadora do Festival.

Um dos aspectos mais importantes é o apoio financeiro - venda de autocolantes, programas e cartazes, e sobretudo venda dos cartões de ingresso (50\$0) e dos cartões especiais de apoio (500\$00 ou mais).

Outro aspecto importante é o apoio cultural: quais os grupos populares, cantadores, tocadores, poetas e artesãos populares da tua zona? Sabemos que os membros da FAPIR devem estar especialmente interessados nesta questão. Não queremos um Festival "festivaleiro". Queremos um festival **popular** onde realmente os artistas populares tenham o primeiríssimo lugar no programa.

Companheiros e amigos: quer sejais ou não membros da FAPIR, entregai-vos com entusiasmo à tarefa de fazer deste Festival um êxito cultural e, mais do que isso, uma valente bofetada em todos aqueles que querem fazer-nos regressar ao 24 de Abril. As forças da direita reaccionária, por todo o lado, tentam convencer os trabalhadores de que o 25 de Abril "não valeu a pena". As conciliações que todos os dias se abrem aos "Pinochets" de toda a casta, têm deixado campo aberto à rede propaganda obscurantista dos viracascas do 26 de Abril.

Não será preciso insistir mais na importância destas comemorações do 25 de Abril. Sem colarinhos engomados nem discursos enganadores. Só assim: "reviver lágrimas de alegria". Com tudo o que isso significa de vontade de destruir o fascismo de vez.

Em todo o lado, a luta dos trabalhadores indica-nos o caminho.



FESTIVAL POPULAR DO 25 de ABRIL

FORMEMOS COMISSÕES DE APOIO AO FESTIVAL

Os promotores do Festival Popular do 25 de Abril desejam, a todo o custo, mantê-lo em total independência dos aparelhos e estruturas de natureza político-partidária. Cada pessoa tem as opções que entende, e longe de nós a ideia de desprezar o papel insubstituível das organizações políticas – principalmente aquelas que mais e melhor defendem as liberdades do 25 de Abril e que mais e melhor combatem as forças negras do fascismo e a dominação estrangeira.

Contudo, parece-nos sensato e coerente ver o Festival como manifestação Cultural e Popular e afastarmos todas as possibilidades de utilização sectária da nossa iniciativa.

É esse o sentido profundo do texto que nos serve de plataforma "Reviver Lágrimas de Alegria". Reviver o 25 de Abril, reviver a unidade popular que veio para a rua encurralar o fascismo e conquistar sucessivas liberdades, reviver a alegria e a luta, sem grandes oratórias, sem demagogia.

ORGANIZAR O APOIO POPULAR AO FESTIVAL

Apartidarismo não significa, neste caso, desorganização ou anarquia. É imprescindível organizar o apoio e a participação massiça do povo no Festival Popular do 25 de Abril. Por isso, a FAPIR e a Comissão Organizadora do Festival no Porto, chamam todos os interessados a organizar rapidamente COMISSÕES LOCAIS DE APOIO AO FESTIVAL ("CLAF – 25 de ABRIL").

Este Festival é uma iniciativa nacional. E por todo o país, incitamos os antifascistas, seja a título individual, sejam associações, colectividades, grupos culturais, etc., a formar uma base de apoio ampla, democrática e aberta a todos.

PARA QUE SERVEM AS "CLAF – 25 DE ABRIL"?

O apoio ao Festival Popular do 25 de Abril tem aspectos muito variados:

1. **Apoio geral** – distribuição, colagem e venda de materiais de propaganda (cartazes, autocolantes, programa, etc.).
2. **Apoio Cultural** – inquérito cultural à zona de actividade da CLAF, para se saber quais as colectividades, as bandas, os ranchos, os grupos culturais, os artistas amadores, os artesãos, os poetas e contistas populares que existem na zona, a serem eventualmente contactados para o festival.
3. **Apoio aos Jogos Florais** – promover a informação e a inscrição do maior número de amadores nas diversas especialidades, distribuindo o respectivo regulamento.
4. **Apoio aos bilhetes e excursões** – Venda antecipada de bilhetes de "entrada permanente" no Festival, organização de excursões e estadias (em ligação com os serviços respectivos de Lisboa e Porto).
5. **Realizações locais integradas no Festival** – especialmente nas localidades próximas do Porto, é possível e desejável promover iniciativas culturais variáveis nas colectividades e associações (ver no programa "Festival Descentralizado"). A organização do Festival dará todo o apoio a essas iniciativas.

COMO FORMAR UMA "CLAF – 25 DE ABRIL"?

Qualquer grupo de antifascistas – individuais ou representantes de colectivos pode constituir-se em "CLAF" desde que:

a) Envie à FAPIR (Casa da Comuna, Praça de Espanha, Lisboa), uma carta declaração em que aceite expressamente a plataforma político-cultural do Festival, que é o texto "Reviver Lágrimas de Alegria".

b) Mencione nessa carta os nomes e moradas dos elementos que o compõem, indicando se participam no CLAF como representantes de grupos ou colectividades. Neste caso indicar o nome e morada desse grupo ou colectividade.

c) Mencione nessa carta o nome completo, morada, idade e profissão do elemento que foi eleito para presidente da CLAF.

d) Mencione igualmente, nessa carta, o nome completo, morada, idade e profissão do elemento que for eleito tesoureiro da CLAF, assim como a indicação do seu Bilhete de Identidade (número, data e local de emissão).

e) Declare expressamente, nessa mesma carta, que será escrupulosamente respeitada a isenção partidária da actividade da CLAF.

Assim que seja recebida essa carta, a comissão organizadora do Festival enviará ao Presidente da CLAF, informações, materiais e outros elementos que facilitem a actividade da comissão.

A FAPIR RESPONDE AO «PÁGINA UM»

FAPIR

pôs o

“Página Um”

na rua

Uma organização “democrática”, “não confessional” e “não partidária” a FAPIR realizou no Porto no Pavilhão do Académico uma festa popular a título de lançamento das comemorações populares do 25 de Abril, em perspectiva.

Na verdade, a Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários (FAPIR) apresentou durante a tarde e a noite do passado domingo vários momentos de teatro de música e de danças folclóricas, nomeadamente a peça “António Aleixo, Este Livro Que Vos Deixo”, pelo Grupo de Teatro dos CTT de Lisboa, e a peça “Fogo”, pelo grupo de A Comuna, além de intervenções do GAC “Vozes na Luta” (Lisboa) e do galego Miro Casabella. O filme “De Sol a Sol” não pode ser exibido. José Mário Branco anunciou o falhaço.

“Página Um” também quis participar na festa. Dois elementos foram lá tentaram promover uma venda militante.

Autorizados a entrar no recinto não tardaram a ser abordados por alguém que ostentava a braçadeira da FAPIR. Foram informados de que os responsáveis haviam decidido em reunião que a venda do “Página Um” só poderia efectuar-se à porta do Pavilhão. Do lado de fora ou do lado de dentro?

A dúvida durou pouco. Porque em breve nem sequer à porta, do lado de dentro, eles puderam permanecer. Só na rua, no passeio, onde aliás os senhorês da FAPIR não mandam.

Esta medida discriminatória contra o nosso jornal tomada pelos elementos da FAPIR, organização “democrática”, “não confessional” e “não partidária”, pretendeu ser justificada na medida em que seria extensiva a todos os jornais. O sofisma, porém, resulta claro, porque o “Página Um” é actualmente o único jornal da esquerda revolucionária que não é porta-voz oficial de algum partido. Excluir o “Página Um”, nestas condições, equivaleu a excluir do recinto toda a Imprensa revolucionária portuguesa não-partidária. A que resta.

Sem dúvida que o poeta Alegre deve aplaudir os elementos da FAPIR, autores desta medida “democrática” e “popular”, depois de nos ter colocado, com a sua habitual inspiração, ao lado do pasquim fascista “A RUA”. Tudo isto se torna compreensível constatando, segundo testemunho de toda a confiança, que os elementos de segurança da festa popular pertenciam à UDP, bem como numerosos grupos de assistência.

À Redacção do “PÁGINA UM”

Rua Braancamp, 57, 2º

Lisboa 1

O “Página Um” de 3-3-77 publicou uma notícia intitulada “FAPIR, põe ‘Página Um’ na rua”, a qual, caso esse jornal deseje informar correctamente os seus leitores, não pode deixar de ser rectificada. O Secretariado Nacional (Provisório) da FAPIR lamenta profundamente que a interpretação dos factos pelo repórter do “Página Um” seja tão acintosa, tão pouco sensata e, sobretudo, tão pouco verdadeira.

A festa popular assim noticiada foi, efectivamente, o lançamento do FESTIVAL POPULAR DO 25 DE ABRIL, uma iniciativa da FAPIR aberta à colaboração de todos os antifascistas. Na Comissão Organizadora do Festival participam já, activamente, muitos antifascistas não filiados na FAPIR. Essa Comissão Organizadora, em completo acordo com o espírito da nossa iniciativa, “deseja manter o Festival, a todo o custo, em total independência dos aparelhos e estruturas de natureza politico-partidária; “parece-nos sensato e coerente ver o Festival como manifestação cultural e popular e afastaremos todas as possibilidades de utilização sectária da nossa iniciativa” (citações de um dos textos de apoio ao Festival).

Foi isto que foi explicado, em moldes simples e claros, à pessoa que pediu para fazer a venda militante do “Página Um” dentro do recinto da festa do passado dia 27-2. O “Página Um” ofendeu-se por não ser autorizado, dado que considera ser “o único jornal independente da esquerda”. Não sabemos qual o critério de independência adoptado pelo “Página Um”. Para nós, jornais independentes, ou há muitos, ou não há nenhum. Independentes de quê? de quem? É evidente que o “Página Um” defende nas suas colunas as suas posições políticas, como outros jornais independentes defenderão outras. Longe de nós desprezar ou atacar o papel informativo-formativo da imprensa antifascista.

No entanto, dadas as características do Festival, a resposta que foi dada a esse vosso vendedor-militante seria dada a qualquer outro jornal, fosse ele qual fosse, cuja venda no recinto pudesse conotar o Festival com esta ou aquela corrente de opinião político-partidária.

Parece-nos que melhor seria que o “Página Um”, e todos os jornalistas e jornais antifascistas, se preocupassem mais em difundir e defender o Festival Popular do 25 de Abril, do que em perder tempo, saliva e dinheiro a remoer azedumes sem justificação. Para atacar o Festival Popular do 25 de Abril, já existe gente de sobra e mormente aqueles que gostariam mais de organizar um sangrento “festival” do 24 de Abril.

Para vos dizer isto, para assumir estas posições, não precisámos de ir perguntar a nenhuma “fontes de confiança” qual o partido a que pertenceriam, ou não, os representantes do “Página Um”. Limitámo-nos a defender, na prática, a plataforma cultural e popular que tornará possível, na situação actual, fazer do Festival “uma realização de todos os antifascistas”.

Assim, como FAPIR, como iniciadores do Festival, assumimos e respeitamos os nossos compromissos.

O Secretariado Nacional (Provisório)
da FAPIR

A PROPÓSITO DO 25 DE ABRIL

DORN do PCP denuncia manobra esquerdista

PORTO — A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português alerta, em comunicado distribuído a propósito do terceiro aniversário do derrubamento do governo fascista, contra “a manipulação demagógica da data do 25 de Abril”, feita por “esquerdistas” da chamada “FAPIR”.

Esta organização, “confessadamente esquerdista, intimamente ligada aos GDUPs e ao MUP”, pretende “organizar, na cidade do Porto, um festival pretensamente

popular, a propósito do 25 de Abril”. Para tal, acrescenta a DORN do PCP, utiliza uma “linguagem demagógicamente unitária e falsamente apartidária, nos seus contactos com várias personalidades e organizações populares”.

Assim, a DORN esclarece que “o PCP é de todo alheio à FAPIR”.

“As comemorações do 25 de Abril” — acentua-se, no comunicado — “não podem ser apropriadas por este ou aquele grupo ou partido, antes devem revestir autêntico carácter nacional e popular”.

ESCLARECIMENTO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FESTIVAL

A Comissão Organizadora do Festival Popular do 25 de Abril (Porto/77), vem informar e esclarecer sobre diversos aspectos da realização desta jornada:

1º — Foram hoje publicados, em diversos órgãos de comunicação social, extractos de uma nota da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, na qual aquele organismo fornece informações que não correspondem à verdade e, além disso, tece considerações interpretativas que a Comissão Organizadora do Festival não pode deixar de contestar:

a) Se o lançamento do Festival Popular do 25 de Abril se deveu, na realidade a uma iniciativa da FAPIR — Frente de Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários — esta iniciativa já ultrapassou largamente o seu âmbito inicial, sendo hoje apoiada e organizada por antifascistas dos mais variados sectores.

b) A Comissão Organizadora do Festival é autónoma e independente da FAPIR, como de qualquer outra estrutura existente. Dela fazem actualmente parte doze elementos, dos quais apenas três são aderentes da FAPIR.

c) A Comissão Organizadora do Festival tem tido um especial cuidado em não permitir que quaisquer forças ou correntes político-partidárias, sejam elas quais forem, possam apropriar-se do Festival ou de qualquer modo sectarizar a sua realização. Nesse sentido se lançou, para todo o país, a criação de Comissões Locais de Apoio ao Festival (“CLAF-25 de Abril”), que permitem organizá-lo em total independência dos aparelhos organizativos político-partidários com a participação de todos os antifascistas de quaisquer quadrantes.

d) A Comissão Organizadora pensa que as dezenas de artistas e intelectuais dos mais diversos sectores que têm vindo a apoiar esta iniciativa — entre os quais podemos citar Luís Francisco Rebelo, Fernando Gusmão, João Lourenço, Ruy Luis Gomes, Adelino Gomes, Acácio Barradas, Edite Soeiro, Bernardo Santareno, Henrique Alves Costa, João Benard da Costa, Augusto Boal, Nuno Bragança, José Gomes Ferreira, Jorge Peixinho, João de Freitas Branco, José Pinto Correia, Pedro Tamén, Delgado Domingos, Armando Rocha Trindade, José Rodrigues, Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Jorge Gigante, Joaquim Vieira, Alberto Carneiro, Marta Cristina Araújo, Eugénio de Andrade, Ilse Losa, Armé-

nio Losa, Miguel Franco, Artur Ramos Rosa, Calvet Magalhães, Jacinto Rodrigues, Monteiro Alves, José Augusto França e José Manuel Nunes — não poderão deixar de afirmar que tem sido escrupulosamente respeitada a plataforma unitária inicialmente proposta pela FAPIR, que é constituída pelo texto “Reviver lágrimas de alegria” e pelo projecto de programa.

e) Não vê esta Comissão Organizadora qualquer razão válida para que um antifascista seja qual for a sua opção partidária, deixe de apoiar e participar com entusiasmo na realização de um Festival cultural e popular deste tipo, onde se pretende (precisamente) “reviver lágrimas de alegria” choradas no 25 de Abril de 1974 por todos os antifascistas, de qualquer partido ou de partido nenhum.

f) A Comissão Organizadora do Festival Popular do 25 de Abril dispensa apoios ou patrocínios de quaisquer partidos ou organizações políticas. Estes são livres, naturalmente, de orientarem os seus militantes como entenderem. Dispensamos igualmente, no entanto, ataques inconsiderados e fantasiosos que só prejudicam a tão necessária e urgente unidade antifascista do povo português. Bem basta que se virem contra nós — como é natural todos aqueles que prefeririam um regresso ao passado fascista e que vão, na noite de 24 de Abril, “reviver lágrimas” de tristeza ou de raiva impotente.

2º — Mais de 2 500 colectividades populares, culturais, recreativas e desportivas, de norte a sul do país, foram contactadas e convidadas a participar no Festival Popular, quer colaborando no seu programa cultural, quer organizando o apoio local, quer ainda dinamizando a participação popular nos Jogos Florais do 25 de Abril.

3º — Um grande número de profissionais de teatro, música, declamação, artes plásticas, etc. está a ser contactado no sentido de participarem com as suas realizações na semana do “Festival Descentralizado”, de 16 a 23 de Abril.

4º — O espectáculo final de unidade temática sobre o 25 de Abril está a ser preparado por equipas — cujo número se espera venha a aumentar — onde participam amadores e profissionais de teatro, música e artes plásticas, e que procedem actualmente ao inquérito popular preparatório da escolha e tratamento dos temas. Este trabalho é dirigido por uma equipa dramática constituída por Augusto Boal, Helder Costa e João Mota, que se têm deslocado ao Porto para esse efeito. As reuniões de trabalho estão abertas a todos os interessados; a próxima será realizada na sexta-feira dia 25/3, às 21,30, nas instalações do Teatro Universitário do Porto, Travessa do Carregal, 87, com a presença de Augusto Boal.

5º — Está igualmente constituída uma equipa que resolveu, com o apoio da Comissão Organizadora, promover o FESTIVAL INFANTIL. Para esse efeito estão em criação os “CLAF infantis” que organizarão a participação das crianças nas festividades, nomeadamente no Desfile Festivo de 25 de Abril. Está igualmente lançada a operação de lançamento de papagaios de papel alusivos que — assim o esperamos — irá engalantar o céu da cidade na manhã de 25 de Abril. Por outro lado, o jornal infantil “O PIÃO” decidiu realizar uma edição especial para o 25 de Abril e convida todas as crianças a enviarem a sua colaboração para esse número; eis a morada: “O PIÃO”, Grupo de Teatro “O BANDO”, Rua Vale Formoso, 18 — Poço do Bispo — Lisboa.

6º — Qualquer informação, pedido e/ou comunicação relativo ao Festival deve ser enviado para:

Comissão Organizadora do
FESTIVAL POPULAR DO 25 DE ABRIL
Apartado 48
PORTO

Pela Comissão Organizadora do
FESTIVAL POPULAR DO 25 DE ABRIL
(Porto/77)

PORQUE RECUSO O FADO

trabalho e tem a força e a vitalidade
colaboradores da transformação
mesmo que a força e a vitalidade
trabalho e tem a força e a vitalidade

Durante bastante tempo hesitei em escrever este artigo, e só por pressão de vários camaradas e amigos é que hoje o faço, consciente da importância de lançar a discussão sobre um tema que até hoje, por várias razões, se tem tido medo de tocar o fado. Cabe-me também avisar que este texto não tem de modo algum a intenção de ser um estudo, mesmo superficial, sobre o fado, isto porque, além de não ser evidentemente a pessoa indicada para o fazer, penso ainda que existe uma grande carência de bases científicas para lançar luz sobre o assunto. Neste sentido, o hipotético mérito que, por ventura, este texto poderá vir a ter, será como já disse acima, o de lançar algumas achas polémicas para uma discussão que urge encetar. Posto isto, de importância para a compreensão do intuito do autor deste artigo, passo a enumerar as coordenadas fundamentais sobre as quais analisei o fenómeno que é o fado. São elas três razões que me levam a recusar este tipo de canção urbana — razões históricas, razões culturais e razões políticas.

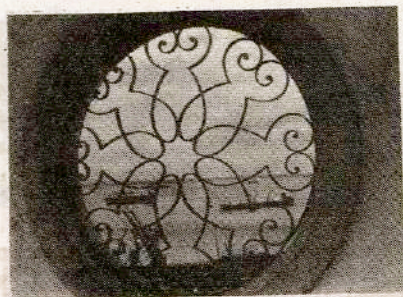
RAZÕES HISTÓRICAS

É muito difícil ainda hoje determinar, ao certo, qual a época do nascimento do fado e as influências específicas que presidiram à sua formação. No entanto, muitos musicólogos estão de acordo que o período de nascimento deste género musical foi a altura dos primeiros descobrimentos. Efectivamente, terão sido os finais do séc. XV as origens daquilo que o fascismo, mais tarde, tentou fazer passar pela "Canção nacional". A influência cultural da civilização árabe presente

literários formam corpo de suas fei-
cões literárias, daí que se o tipo con-
vencido, a força e a vitalidade
trabalho e tem a força e a vitalidade

ainda de uma forma muito viva, nessa altura, no sangue de muitos portugueses, e o contacto renovado com essa cultura no Norte de África (primeiros descobrimentos), juntamente com as influências das culturas europeias, não só portuguesas como também espanholas, inglesas, francesas e italianas, terão determinado o embrião do fado. Estas influências europeias são fáceis de explicar, se percebermos um pouco o fenómeno cultural proveniente dos descobrimentos.

Assim, é fácil de imaginar que os nossos navegadores não aprenderam a arte de marear por si sós, foram ensinados por estrangeiros, que chegaram a ir mesmo nas primeiras naus que saíram de Lisboa. O tempo que essas viagens demoravam (meses e por vezes anos), fazia com que se fossem estabelecendo laços culturais, mais ou menos fortes, entre os elementos da tripulação que formavam a comunidade de uma nau. Linguagens, hábitos, modos de vida, canções, etc., das diversas nacionalidades, tudo isso numa amálgama cultural diversificada, que chegava a ser o património dessa comunidade náutica, cujos elementos o transportavam em parte para terra, a zona ribeirinha de Lisboa.



estilo modal e melismático. Com a
influência italiana, as melismas estan-

É neste sentido que se compreende o berço geográfico do fado. Através dos anos, com o desenvolvimento da empresa marítima, essa amálgama vai-se enriquecendo e estratificando com elementos afectivos e subjectivos provenientes das viagens, muitas vezes sem regresso, pois não podemos esquecer que os naufrágios frequentes, o arriscar a vida quotidianamente e a ausência prolongada dos entes queridos são factores poderosos para o aparecimento do carácter fatalista e saudosista, nesse estrato populacional da região de Lisboa. Começa deste modo, por assim dizer, a desenvolver-se na zona ribeirinha de Lisboa, uma cultura local, perfeitamente interligada com a empresa marítima.

Nos finais do sec. XVIII, nova e importante influência se faz sentir em toda a música europeia — a ópera italiana. Portugal também não escapa a esta influência e, em pouco tempo, abrem-se teatros e representam-se comédias e "entremezzos" ao estilo italiano, em Lisboa e na província. A influência da ópera italiana do sec. XVIII é muito importante em toda a música popular europeia; segundo muitos autores, é ela a grande responsável pela transformação do ouvido modal em ouvido tonal, através das paupérrimas cadências de acordes de tónica e dominante e do carácter "lamechas" do 7º grau sensível. O nosso embrião de fado que, como vimos, atrás, se vinha estratificando através dos séculos, sofre como não podia deixar de ser também esta influência devastadora.

Assim, é possível pensar que esse "pré-fado" fosse até essa altura de uma riqueza melódica e estética bastante grande, devido à amálgama de influências (árabes-europeias) e ao seu

PORQUE RECUSO

O FADO

estilo modal e melismático. Com a influência italiana, as melodias estancam-se entre a sucessão fácil e pobre dos acordes maiores ou menores de tónica, dominante e por vezes de subdominante. É nesta altura que o fado alcança uma das etapas finais da sua formação e começa já a tomar a forma que dele hoje conhecemos. É, porém, no sec. XIX, que o fado se afirma totalmente como canção urbana, através de um outro elemento.— a guitarra.

Apesar de não estar ainda totalmente esclarecida a origem em Portugal deste instrumento, especialmente nas suas antigas raízes, que se ligam com as cítaras medievais, tudo leva a crer que a actual guitarra portuguesa tenha uma relação próxima com a guitarra inglesa, introduzida nos princípios do sec. XVIII, pela colónia britânica, na cidade do Porto. Este instrumento, que foi sofrendo transformações na construção em Portugal, teria sido, nos seus primórdios, um instrumento da burguesia, utilizado para executar "sonatas", "minuetos", "marchas" "contradanças", etc. A popularização deste instrumento coincide necessariamente com a sua ligação com o fado, e com o abandono da viola como único instrumento acompanhante. O fado, ao apropriar-se da guitarra, também lhe dá uma nova qualidade — transforma-lhe a afinação de modo a ela poder servir facilmente de suporte harmónico para os trinado tónica-dominante — tónica dos fadistas. É verdadeiramente nesta época que já podemos chamar "fado" a este género de folclore urbano. Como diz Ernesto Veiga de Oliveira: "...com o aparecimento, em meados do sec. XIX, das grandes figuras do fado — a Severa, o Conde de Vimioso, o Hilário, etc. — que coincidem com essa fase da sua associação à guitarra, cria-se o mito da guitarra e do fado, que ascendem aos níveis aristocráticos e

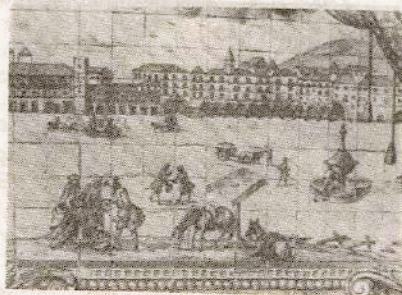
literários, formam corpo as suas feições ulteriores, define-se o tipo romanesco do fadista, plebeu ou fidalgo, e elabora-se mesmo um conceito temperamental nacional a partir dessas formas"...

Temos portanto, que é nesta época, por uma associação de uma aristocracia decadente e literatos romanescos, com certas camadas de um "lumpen" ribeirinho, que se forma e se dá conteúdo ideológico-cultural ao fado.

RAZÕES CULTURAIS

Como diz F. Engels, "se o homem criou o trabalho, este também criou o homem", isto é, ao actuar sobre a transformação do meio, o homem criou toda uma série de conhecimentos, hábitos e tradições que, através de gerações e gerações, formaram o que hoje chamamos de cultura. Hoje, numa sociedade heterogénea, dividida em classes antagónicas (burguesia-proletariado), esta contradição também tem a sua expressão cultural nas ideologias, hábitos e tradições das classes em luta.

Assim, à cultura da classe burguesa dominante, opõe-se uma cultura popular positiva e vigorosa nascida da contradição das classes. E porque é que dizemos que a Cultura Popular é vigorosa e positiva? Porque, ao contrário da cultura da classe dominante, ela está associada intrinsecamente ao



trabalho e tem a força e a vitalidade colectivistas da transformação dos meios de produção e da própria sociedade, enquanto que a primeira, proveniente de uma sociedade exploradora e decadente sem contacto com o trabalho, é individualista, metafísica e anti-dialéctica. É claro que se poderia ir muito mais fundo nesta questão. Porém, o que nos interessa agora saber é se realmente o fado possui ou não as características de uma Cultura Popular. Vejamos: tal como foi dito atrás, o fado é uma amálgama de influências culturais diversificadas, que teve o seu "habitat", ao que parece, na empresa marítima dos descobrimentos. Após isto, teve a sua etapa final de formação na altura das ideias romanescas do sec. XIX, pela congregação dos ideais de uma aristocracia decadente e degenerada, e da subcultura de um "lumpen" ribeirinho lisboeta, constituído por chulos, aventureiros e prostitutas. Após isto, pergunto: estará o fado, como expressão cultural, ligado de alguma forma aos aspectos do trabalho de transformação do meio? Possui força estética e poética proveniente da expressão da sensibilidade dos homens na sua relação com a sociedade? Sendo uma cultura urbana, será proveniente de um estrato social de origem popular, que encontrou nesta forma o melhor meio de expressar os seus anseios e a sua vida? A todas estas perguntas eu respondo negativamente. O fado é a expressão cultural decadente e regionalista de um tipo de mentalidade romanesca e negativa, característica de um "lumpen" e de uma aristocracia degenerada do sec. XIX, preocupada com os problemas metafísicos da sua existência, individualista. Estamos em crer que, se não fosse o fascismo, o fado não seria hoje o que é pois a dinâmica da luta de classes, noutras condições políticas, não consentiria a sua popularização. (Cont. na pág. 16)

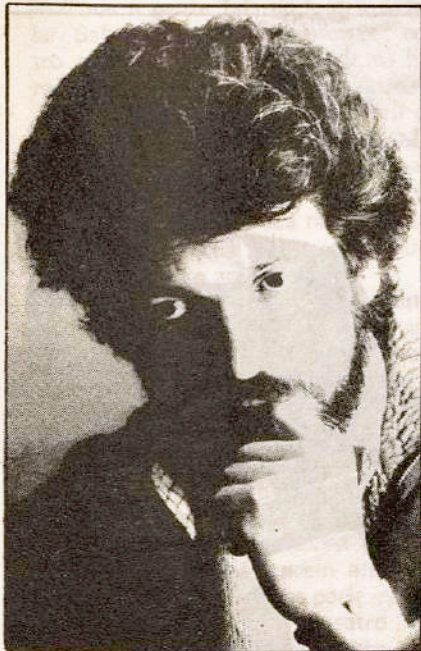
Fernando Gusmão entrevista Rui Mendes

Rui Mendes entrevista Fernando Gusmão

FERNANDO GUSMÃO – Os grupos de teatro independente funcionavam, antes do 25 de Abril, com todas as limitações, a começar na censura e a acabar nas questões de ordem económica. Depois do 25 de Abril, as coisas modificaram-se, até porque deixou de haver censura.

A pergunta é esta: Rui Mendes, achas que neste momento os grupos estão a fazer o teatro que se exige?

RUI MENDES – A resposta não pode ser breve, mas tenho a impressão que não. Vamos agora é ver as razões para isso. Antes do 25 de Abril, a trajectória dos grupos de teatro independente não surge isolada, vem já como consequência de tentativas anteriores...



FERNANDO GUSMÃO – Posso interromper? Acho, quanto a mim, que é de referir que o movimento dos grupos de teatro independente começa, muito concretamente, com a formação do Teatro Moderno de Lisboa, dá lugar depois ao teatro universitário, com uma altíssima qualidade, quer estética, quer de conteúdo ideológico, e depois pega exactamente na proliferação (digamos assim) dos grupos independentes.

NÃO SE PODIA PÔR DE PARTE, NESTA ALTURA, O PÚBLICO BURGUESES

RUI MENDES – Em relação ao Teatro Moderno de Lisboa, este é um movimento em 1961 (creio eu que é quando ele nasce) em que actores profissionais, a maioria deles já com "curriculum" estabelecido, deitam isso para trás das costas e, com todas as dificuldades que existiam na altura, fazem uma tentativa de teatro, com uma escolha de repertório coerente, feito com qualidade, e dirigido a um público. Agora lá vamos nós cair no público. A que público? A todos indistintamente. Não se podia pôr de parte, nessa altura, o público burguês, o público que pagava, porque ele era necessário à existência das companhias. Procurava-se também atrair outros tipos de público, tanto em "tour-nés", como tentando que eles viessem à sala onde a peça estava em cena.

Passando ao Grupo Quatro: o Grupo Quatro forma-se ainda um bocadinho na esteira da experiência do Teatro Moderno de Lisboa. Devo dizer, e agora até é fácil reconhecê-lo com clareza, que o Grupo Quatro co-

meçou por se dirigir a um público burguês. O Grupo Quatro surge como uma necessidade de quatro actores profissionais, já com cerca de dez anos de profissão, de fazer um teatro menos burro, menos fútil, menos ligeiro, menos mau, para camadas burguesas como a dos estudantes e a dos intelectuais, que estavam perfeitamente dissociados do teatro. A pouco e pouco, o Grupo Quatro, muito timidamente, tentou tocar outro público, sempre muito cautelosamente. Posso dizer-te que por razões de cautela, em relação à subsistência, em relação a não acabar.

FERNANDO GUSMÃO – Penso que pelo menos já havia, na altura, por exemplo por parte do Teatro Es-



Fernando Gusmão entrevista Rui Mendes

Rui Mendes entrevista Fernando Gusmão

tudio de Lisboa e do Grupo Quatro, a intenção de alargar o público às classes desfavorecidas, aos trabalhadores. Simplesmente, por causa da censura, não era possível pôr textos que se dirigissem a essa classe e que tocassem os seus problemas.

RUI MENDES — E não só, era também muito difícil, nessa altura, fazer "tournés". Não era possível ir a fábricas, porque não era autorizado, havia uma série de exigências burocráticas, vistos, licenças, proibições. Aliás, houve grupos que se formaram, para fazer coisas, e depois essas coisas abortavam antes de acontecer, porque não era possível.

FERNANDO GUSMÃO — Tudo isso estava também ligado ao problema económico, fundamental para a sobrevivência dos grupos, visto que não tinham qualquer subsídio ou ajuda.

E AGORA O QUE É QUE VAMOS FAZER?

FERNANDO GUSMÃO — Mas estamos a falar de história antiga. Fazíamos o que podíamos, e isto face às condições nada propícias, tanto económicas como a nível da censura. A verdade é que veio o 25 de Abril e deixou-nos (pelo menos, a mim deixou-me) um bocado perplexo: e agora o que é que vamos fazer?

RUI MENDES — Hoje isso ainda acontece.

FERNANDO GUSMÃO — Pessoalmente, acho que cometi vários erros, nas poucas coisas que fiz. Mas, parece-me que já deveria ter sido altura de encararmos outras propostas, de levarmos à prática aquilo que

em teoria já pensávamos, que era: qual é o papel do teatro e dos profissionais de teatro conscientes (ou seja, inseridos na problemática do seu país)? Que teatro se deve fazer e para quem, depois do 25 de Abril? O que é que se deve fazer em plena liberdade?

RUI MENDES — Não basta abolir a censura. Depois do 25 de Abril, não se fez o que se deveria ter feito, mas, em todo o caso, deu-se, a partir de certa altura, o reformular de programas de grupos, que já existiam antes do 25 de Abril, como os Bonecreiros e a Comuna, e o aparecimento de grupos como o Bando, a Cornucópia, os Cômicos, cada um com os seus caminhos...

FERNANDO GUSMÃO — Para mim, antes do 25 de Abril, estávamos dentro de um quarto escuro. Veio o 25 de Abril e saímos para a luz. E isso ofuscou-nos. Entusiasmados com a liberdade que começámos a viver, não tivemos tempo para fazer um momento de reflexão. Desatámos todos a pensar que o que se deveria fazer eram os autores que a censura tinha proibido, incluindo o Brecht. Eu não sei, e sempre se me pôs o problema, se deveria ter sido isso que deveríamos ter feito. A verdade é que os grupos têm diferentes caminhos, diferentes opções estético-ideológicas. Ainda há grupos de teatro independente que depois do 25 de Abril continuam a



Fernando Gusmão entrevista Rui Mendes

Rui Mendes entrevista Fernando Gusmão

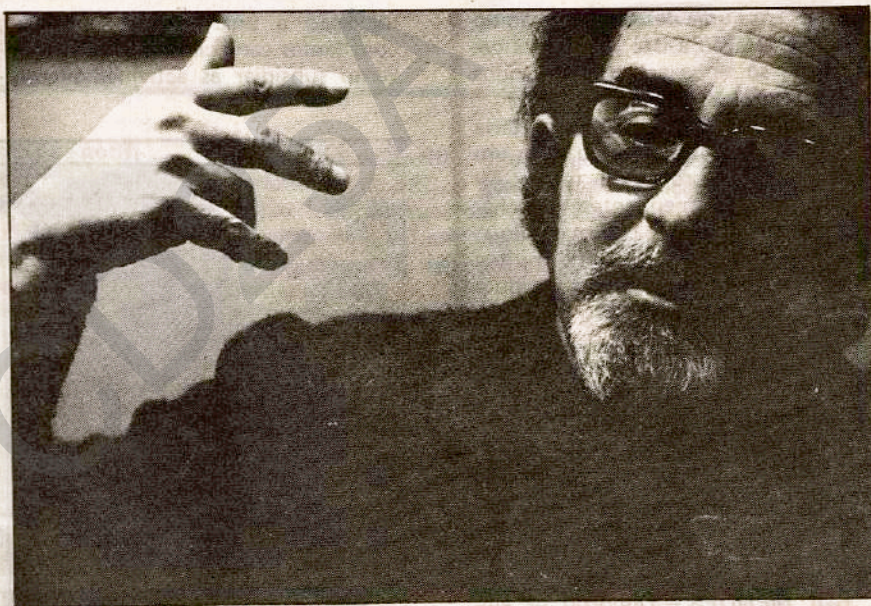
fazer teatro para a burguesia. Estão no seu direito.

Mas eu pergunto, e esta é uma pergunta directa: fazer teatro, para quem? Para a burguesia ou para o povo? E fazer teatro para o povo, como e porquê? Este é um problema que se me põe. São perguntas que se me põem. E das dificuldades de conseguir isso.

Também me parece que muitos grupos estão hoje a fazer o mesmo que antes do 25 de Abril. Antes do 25 de Abril, agarrávamos num autor de prestígio, e fazíamos um espectáculo. Depois do 25 de Abril, pegamos em autores de prestígio e fazemos espectáculos. Mas agora o destinatário é o povo.

Toda a gente fala de teatro popular. Sabemos que esta expressão "teatro popular" atrapalha todos os homens de teatro em qualquer latitude do mundo. Sabemos que é difícil dizer o que é o teatro popular. O teatro popular, para mim, foi definido pelo Brecht e outras pessoas, e é, de facto, um grupo que se coloca na perspectiva da problemática do povo e destina esse espectáculo ao povo.

RUI MENDES — O Grupo Quatro tinha centralizado os últimos três anos de actividade até ao 25 de Abril no propósito de construir uma sala de espectáculos em Lisboa, e que acabou por ir parar à Praça de Espanha. A nossa actividade tem sido focada, desde o 25 de Abril para cá, no objectivo de fazer um teatro, com o máximo de qualidade que nos é possível (isso parece-nos importante), sem afastar o público burguês, que nos pode inclusivamente ajudar a pagar o teatro, que não está pago e que está longe de o



estar. Mas também atrair outro tipo de público, fazendo "tournés" (que já fizemos, enquanto o teatro não estava pronto). Durante a experiência do "Círculo do Giz Caucasiano", conseguimos trazer quase sete mil espectadores camponeses a assistir ao espectáculo, espectadores que vieram de herdades cooperativas do Alentejo.

O empreendimento de construir uma casa leva-nos a ser, pelo menos durante uns anos, cautelosos, e a por-mos uma parte dos nossos cuidados no dinheiro ao fim do mês, que neste caso agora, de há dois meses para cá, já nem é para pagar os ordenados, porque estamos sem ordenados há dois meses, mercê do corte de subsídios a partir de Dezembro. É claro que esta situação também não se pode aguentar por muito tempo...

UMA ARTICULAÇÃO E UMA PLANIFICAÇÃO COM OS GRUPOS DE TEATRO AMADOR

FERNANDO GUSMÃO — Mas para lá das diferentes opções estético-ideológicas dos grupos, parece-me que tem havido, um desfasamento, um esquecimento para uma maior penetração e alargamento de audiências em relação ao teatro dos grupos independentes. O problema agudo que se põe é que todos os grupos querem funcionar em Lisboa. Acho que em Lisboa devem funcionar grupos de teatro, mas deveria haver uma maior articulação (maior não, mas uma; porque não há nenhuma, nem pequena, nem grande); **uma articulação e uma planificação dos grupos de teatro independente com os grupos de teatro**

Fernando Gusmão entrevista Rui Mendes

Rui Mendes entrevista Fernando Gusmão

amador, para uma descentralização do país. Em relação a isto, o teatro independente só tinha a lucrar em todos os aspectos.

Por virtude da atitude da secretaria de Estado da Cultura, estou a ver um futuro muito negro para o teatro. Alguns grupos independentes já fecharam as portas, como por exemplo o Teatro Estúdio de Lisboa e muitos grupos desaparecerão. E isto devido à política de subsídios da SEC.

Não vejo outro jeito, pelo menos para já, senão uma cooperativa conjunta de produção da maioria dos grupos de teatro independente, com uma direcção eleita por esses grupos e com uma perfeita articulação e planificação ao nível do país. Se isto fosse conseguido, o teatro independente talvez pudesse dispensar subsídios. Cada grupo, isoladamente, não.

RUI MENDES — Discordo só em relação ao projecto económico de subsistência. Mas penso também que é urgente uma associação dos grupos de teatro independente em estreita ligação com o teatro amador, que há espalhado por esse país, e em ligação com outras cooperativas de produção, cooperativas de espectáculos, cooperativas de cinema. Isso permitiria muitas coisas, troca de experiências, produção mais fácil e melhor contacto com o público. Mas parece-me que isso é impossível sem subsídios.

FERNANDO GUSMÃO — Por parte do Governo, a política cultural não ajuda nada e até me parece que não quer que um certo teatro exista, um teatro dirigido aos trabalhadores deste país, às classes menos favorecidas... Num país como o nosso, com um alto índice de analfabetismo, com a não

iniciação a uma actividade teatral, com tantas carências, compete ao Governo subsidiar as actividades cultu-

rais, e subsidiar o teatro independente, porque é este o teatro que tenta activar uma promoção cultural da população.



DOIS PLENÁRIOS DISTRITAIS

FORTO

A organização distrital da FAPIR no Porto passou no dia 5 de Março, para a realização do primeiro Plenário Distrital e a eleição do respectivo Secretariado.

Este Plenário realizou-se numa reunião que se realizou no dia 5 de Março, às 20 horas, no salão da FAPIR, com a presença de cerca de 30 membros do Conselho Distrital e de cerca de 50 membros do Conselho Municipal. Foi presidido pelo sr. Rogério de Freitas, director-geral dos Espectáculos, departamento da SEC, o qual a uma delegação dos grupos de teatro Independente em luta disse que "o contrato com Augusto Boal vai certamente acabar, pois ele tomou posições públicas ao lado dos grupos de teatro Independente contra a SEC."

Augusto Boal não serve à SEC?

A SEC (Secretaria de Estado da Cultura) acaba de notificar Augusto Boal de que o seu contrato não seria renovado, denunciando assim o seu compromisso de uma forma unilateral e sem explicações.

Augusto Boal é um prestigiado homem de teatro, dramaturgo e encenador que, desde há mais de duas décadas, iniciou juntamente com outros profissionais brasileiros uma forma nova de fazer teatro. Fundador do teatro Arena, lutou sempre para que o teatro deixasse definitivamente de ser um luxo para castas privilegiadas, passando a ser uma forma superior de expressão do sentido popular.

Foi por esta luta e pela sua opção que Augusto Boal foi preso e perseguido após a instauração da ditadura brasileira, o que o levaria ao exílio. Mais tarde sofreu semelhante atitude por parte de outros governos fascistas da América Latina, onde o imperialismo foi dando sucessivos golpes de Estado. Trabalhou no Chile, no Peru, Argentina, e em muitos outros países. Dirigiu dezenas de companhias e editou muitas obras de investigação e de criação. Tornou-se conhecido pelas suas capacidades e justeza de princípios. Foi por tudo isto que os progressistas do nosso país ligados ao teatro sentiram grandes esperanças, quando souberam que a SEC solicitara os serviços de Augusto Boal para o teatro português.

Augusto Boal veio da Argentina. O governo português escreveu-lhe e pagou-lhe a passagem. Depois começou a história. Durante quase seis meses, o senhor David Mourão Ferreira foi esquecendo a assinatura do contrato. Finalmente veio essa assinatura. Augusto Boal daria dois cursos: Laboratório de Interpretação e Seminário de Dramaturgia. As inscrições foram abertas. O tempo previsto era de três meses, renováveis por mais três e assim sucessivamente.

A abertura das inscrições, apesar da fraca divulgação que teve, levou a que cerca de duzentas pessoas ligadas ao teatro e outras actividades culturais, das mais variadas profissões, acorressem aos cursos, tendo sido sempre bastante frequentados, o que levou Boal a separar os cursos e a trabalhar mais horas que o previsto.

Então aparece a primeira ameaça pública. Foi através do

sr. Rogério de Freitas, director-geral dos Espectáculos, departamento da SEC, o qual a uma delegação dos grupos de teatro Independente em luta disse que "o contrato com Augusto Boal vai certamente acabar, pois ele tomou posições públicas ao lado dos grupos de teatro Independente contra a SEC."

Foi-lhe esclarecido, na altura, que Boal tomou uma atitude crítica e construtiva. Passados quinze dias, Boal revelou que efectivamente a carta de renúncia do contrato tinha chegado. Os elementos que frequentam os seus cursos fizeram uma petição, através de abaixo-assinado, no sentido de o curso não acabar. A renúncia por parte da SEC lesa os alunos de teatro, lesa o teatro em Portugal. Lesa os profissionais e os dinheiros públicos. É um investimento que só cumpre a primeira prestação. Lesa também o próprio Augusto Boal.

Estamos perante mais uma arbitrariedade de grande alcance. Boal veio para trabalhar, naturalizou-se português, os seus serviços são requisitados em toda a Europa. Escolheu a jovem democracia portuguesa, mas o sr. David Mourão Ferreira acha que "quem não está com ele, está contra ele". Continua, pois, a cometer as suas barbaridades, ataca o teatro Independente e faz chantagem fascista, querendo obrigar os grupos a assinar um comunicado "conjunto" feito por ele. Como Augusto Boal não alinhou nas reacções daquele senhor Secretário de Estado, este pega nos dinheiros do povo e vai dá-los a quem vende a consciência por um prato de lentilhas.

É a lógica fascista.

Por tudo isto, a FAPIR ergue-se contra mais esta medida reaccionária da SEC e apela a todos os seus aderentes e simpatizantes, a todos os antifascistas, que denunciem, por todas as formas, este acto antipopular e antidemocrático, no sentido de levar a SEC a rever a sua posição.

Lisboa, 14 de Março de 1977

O Secretariado Nacional (Provisório) da FAPIR

PORQUE RECUSO O FADO

RAZÕES POLÍTICAS

O fascismo, nos anos trinta, em Portugal, para se afirmar e sustentar tinha a sua filosofia. Esta filosofia precisava de uma sólida base cultural "nacionalista" de modo a explorar ao máximo, na sua primeira fase (anos 30-50), o chauvinismo nacional, não só das camadas burguesas e pequeno-burguesas, como também das massas populares.

A importância da propaganda e da cultura para a edificação da base cultural de apoio ao sistema da ditadura da burguesia, tinha já sido bem demonstrada pelo carinho que os mestres nazis alemães tinham dedicado a este assunto. Neste sentido, é fácil compreender que as instituições mais cuidadosamente planificadas e organizadas, nos primeiros tempos do Estado Novo de Salazar, foram precisamente os ministérios da Cultura e Propaganda. A par disto, os ideólogos fascistas da época (António Ferro, Homem Cristo, Rolão Preto, etc.), também não se pouparam nas suas elocubrações teóricas sobre a educação, a cultura e a arte, tentando definir as bases ideológicas, "nacionalistas" do Estado Novo.

Para além de muitos padrões, que foi necessário encontrar, que identificassem o Estado Novo fascista com os diversos aspectos culturais, havia a questão da chamada "canção nacional", que pudesse servir de bandeira à nova ideologia fascista e reacção. Pode-se dizer que o fado serviu perfeitamente estes objectivos. Mais, nem sequer foi preciso abastardá-lo, nem desenraizá-lo, como foi feito com os ranchos folclóricos, nessa política "folclorista".

O fado possuía já todas as características necessárias para a sua "missão histórica", a saber: fatalismo, individualismo, saudosismo, marialvismo, etc. No fundo, eram todos os atributos necessários para o enraizar na cabeça das massas, de forma a que elas

aceitassem sem resistência a exploração mais desenfreada, a repressão e a guerra. Mas não foi só isto, o fado foi mais. A partir de determinada altura, foi o turismo, a exportação com duplo sentido. Por um lado, o comércio e as divisas, por outro, o carácter demissionista e saudosista dum Povo que era necessário propagandear para o estrangeiro, para dar a entender que "tudo ia bem". O fado aqui serviu admiravelmente. Foi até adquirindo uma certa unidade, a série.

E foram os fadistas, os serões para trabalhadores da FNAT, as grandes maratonas, a Amália e os mitos. A grande profusão do fado, nesta altura, fez o que ele é hoje e as suas consequências não foram só as atrás referidas, houve mais. A divulgação desse "cancro cultural" que é o fado, atacou profundamente toda uma série de culturas rurais, ainda vivas e fortes, na sua vitalidade, tal como o acordeão o fez, em tempos mais remotos, em relação aos antigos modos arcaicos.

A bastardização dessas formas culturais, que é hoje um facto inegável, especialmente na canção popular ru-

ral, é uma das consequências mais graves que a política fascista causou ao divulgar massivamente o fado. Se bem que em algumas regiões, por uma série de condições socio-culturais, essas culturas conseguiram subsistir, como no Alentejo ou Trás-os-Montes, outro tanto não aconteceu noutras regiões. Efectivamente, hoje, para além da popularização da tal mentalidade fadista, encontramos os modos afadistados de cantar, que degeneraram drasticamente as belas e vigorosas canções populares rurais.

CONCLUSÕES

Por todas estas três razões de fundo, eu recuso o fado. Porém, hoje, não podemos ignorar o relativo enraizamento, especialmente em zonas urbanas, que o fado conseguiu, mesmo uma série de cultivadores do género que com honestidade e espontaneidade encontram no fado a expressão das suas sensibilidades e maneiras de pensar. E a questão põe-se: Qual será o papel dos artistas populares que após o 25 de Abril cantam e divulgam as lutas do Povo e a sua Cultura? Ignorar o fado? Combater o fado? Utilizá-lo?

Penso que a posição correcta dos artistas empenhados na luta, lado a lado com o povo, é também um pouco didáctica. Neste sentido, devemos apresentar em relação ao fado uma alternativa séria e revolucionária, baseada nos hábitos e tradições do nosso povo, nas suas relações com o meio e o trabalho, enfim, na verdadeira cultura popular. Não será uma coisa fácil, pois sabemos a importância da cultura dominante e a influência da penetração do imperialismo, mas o acontecimento, o estudo e a ligação com as massas dar-nos-ão os elementos necessários para avançar. É esse o nosso trabalho.

Eduardo Paes Mamede



DOIS PLENÁRIOS DISTRITAIS

PORTO

A organização distrital da FAPIR no Porto nasceu no dia 5 de Março, com a realização do primeiro Plenário Distrital e a eleição do respectivo Secretariado.

Embora tenha tido uma convocação defeituosa por deficiências organizativas estava presente cerca de 70% da representatividade total do distrito.

Na mesa estiveram três elementos do Secretariado Nacional (Provisório): António Costa, José Mário Branco e Francisco Beja. Este último, na sequência de uma decisão tomada na última reunião do SNP, demitiu-se do seu cargo nacional para se candidatar ao Secretariado Distrital do Porto.

Os trabalhos foram iniciados com uma informação da actividade até agora desenvolvida pelo SNP, onde se vincava bem o significado dos Plenários Distritais, no caminho para o I Congresso da FAPIR.

No ponto seguinte, discutiu-se um primeiro esboço de plano de acção distrital, onde naturalmente o maior destaque foi para o apoio resolutivo e indispensável da FAPIR à realização do Festival Popular do 25 de Abril. Focaram-se também outros aspectos: sede e serviços; apoio aos amadores (os cursos de monitores já estão em fase de inscrições); e a iniciativa de uma revista científica cuja ideia nasceu entre camaradas do meio universitário portuense.

Finalmente passou-se à eleição do primeiro Secretariado Distrital do Porto. O SNP apresentou uma proposta de 13 nomes, para eleição de 9; outros camaradas propuseram que o SD não ultrapassasse os 7 elementos, proposta esta aceite pela maioria. Novos candidatos foram apresentados pelos membros. E por fim o escrutínio determinou a seguinte composição do Secretariado Distrital: Chico Beja, Isabel Alves Costa, Zé Prata, Luis Baptista, António Pinheiro, Amélia e Vitor Valente.

LISBOA

Convocado pelo Secretariado Nacional Provisório, reuniu no passado dia 7 de Março, o primeiro plenário distrital de Lisboa da FAPIR,

BONIFÁCIO MORAIS	44
CARMEN MARQUES (BANDO)	44
FERNANDA FIGUEIREDO (COMUNA)	38
JORGE BARROS	38
MARIA DA GRAÇA (GAC)	39
MELIM TEIXEIRA (COMUNA)	40
TERESA RICOU	5

que, de acordo com os Estatutos Provisórios, se destinava a eleger o Secretariado Distrital Provisório de Lisboa.

Durante o primeiro ponto, foram prestadas informações sobre o Boletim, sobre o Plenário Distrital do Porto (que se tinha realizado dia 5) e leu-se um relatório do Secretariado Nacional Provisório aos Plenários Distritais. Foi ainda explicado por que motivo se tinham convocado agora os Plenários Distritais, nomeadamente pela necessidade de o Secretariado Nacional se virar para o seu objectivo principal: a criação de condições para a convocação do I Congresso da FAPIR. Por outro lado, como o SNP tinha uma composição maioritária de elementos de Lisboa, este estava a acumular funções de Secretariado Distrital, o que era nocivo para o alargamento da FAPIR a outras regiões do país.

Durante o ponto "eleição", foram apresentadas as razões da demissão de alguns elementos do Secretariado Nacional Provisório, ligados ao distrito de Lisboa. Estes elementos fizeram-no, para poderem vir a integrar o Secretariado Distrital, pois que davam garantias de trabalho continuado. Eram eles: Carmen Marques (Bando), Fernanda Figueiredo (Comuna), Jorge Barros, Maria da Graça (GAC) e Teresa Ricou.

Dos 15 nomes propostos para o Secretariado Distrital pelo SNP acrescentados de Jorge Serrão (GAC), proposto pelo João Mota da Comuna, foram eleitos nove elementos: Cândido (Bando) — 44 votos; Carmen Marques (Bando) — 44 votos; Helder Cos-

ta — 44 votos; Melim Teixeira (Comuna) — 40 votos; Maria da Graça (GAC) — 39 votos; Fernanda Figueiredo (Comuna) — 38 votos; Jorge Barros — 38 votos; Manuel Maneira — 32 votos; Jorge Serrão (GAC) — 31 votos.

Estiveram presentes membros colectivos que totalizavam 32 votos e 16 individuais.

Fazem parte do Secretariado Nacional Provisório, após estas eleições: Manuela de Freitas (Comuna); José Mário Branco; António Costa; Carlos Paulo (Comuna); António Moreira (Necas) — (GAC); João Lisboa (Grupo de Canto Popular de Almada); Hélia Correia; Carlos Albino; Priscila Soares e Teresa Ricou.

FAPIR APOIA FRENTE POLISÁRIO



Sessão comemorativa do 1º aniversário da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática (RASD)

Promovida pelo Comité Português de Apoio à Frente Polisário, realizou-se no passado dia 25 de Fevereiro, uma jornada de apoio à luta do Povo de Saguia El Hamra e Rio de Oro (Sahara) e de comemoração do 1º aniversário da RASD. A FAPIR esteve presente como organização convidada.

Mal tinha começado a sessão, uma bomba explodiu na AEIST (Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico), integrando-se tal acontecimento na escalada fascista em curso. Esta bomba foi um atentado contra o Movimento Associativo dos Estudantes Portugueses, procurando destruir os profundos sentimentos e prática antifascistas de que têm dado provas.

Durante a sessão foi focada pelos elementos do Comité de Apoio à Frente Polisário a história da agressão colonial contra o Povo Saharai.

O representante da Frente Polisário, legítima representante do Povo Saharai, focou a luta do povo do Sahara contra os agressores marroquino e mauritano que substituíram a dominação espanhola, bem como a unidade da luta dos povos do Magreb (Norte de África).

O representante da FAPIR focou as questões culturais ligadas a esta luta de libertação, denunciando não só a destruição da cultura Saharai, como também o genocídio que lhe está intimamente ligado. Em contrapartida, foi focado o trabalho da Frente Polisário no desenvolvimento da Cultura Nacional Saharai, tendo sido referida ainda a íntima relação entre a luta do Povo do Sahara contra o fascismo, o imperialismo e o colonialismo, e a luta do Povo português e restantes povos do mundo contra os mesmos inimigos.

A sessão foi encerrada após um curto período de perguntas e respostas.

GRUPO DE APOIO AOS GRUPOS AMADORES

Conforme o previsto no "Plano de Acção Imediata", foi criado o Grupo de Apoio aos Grupos Amadores (GA-GA) que começou a sua actividade fazendo um levantamento das necessidades dos grupos amadores aderentes da FAPIR.

Em consequência deste levantamento, e devido a contactos com colectividades, Comissões de Moradores, Associações, etc., vimos que a principal dificuldade era a falta de pessoas, com os conhecimentos mínimos para dinamizar o trabalho cultural. Assim mobilizámos todas as nossas forças para a realização de Cursos de Monitores.

Tendo em conta as necessidades existentes e baseando-nos nas nossas próprias forças, contactámos camaradas mais experientes para dirigirem um curso de apoio aos Grupos de Canto Popular e outro de Apoio às Actividades Culturais, para a região de Lisboa, realizações dos quais foi dado conhecimento, através de comunicados, aos aderentes da FAPIR, GDUPs, Sindicatos, Associações de

Estudantes, Comissões de Moradores, Colectividades, etc., e através de um comunicado à imprensa.

Estes cursos abertos também a não aderentes da FAPIR, tinham como metas a atingir: a preparação de camaradas que pudessem, no mais curto espaço de tempo, funcionar como dinamizadores culturais e possibilitar a troca de conhecimentos entre os participantes; alargar a FAPIR; e servir para que todos nós pudessemos retirar ensinamentos a aplicar em novos cursos, que se venham a realizar.



Com cerca de duas centenas de participantes, estes cursos decorreram, durante os meses de Janeiro e Fevereiro, na "Casa da Comuna", estando neste momento a fazer-se o seu balanço. Mas estes cursos, sobretudo devido à sua pouca duração, não resolveram a maior parte dos problemas.

Entendemos, pois, neste momento, como tarefas prioritárias, a recolha de peças de teatro, letras de canções, e música das mesmas, textos técnicos e teóricos, tendo em vista as dificuldades e possibilidades concretas dos grupos amadores, para que possamos fornecer-lhes o material que nos pedirem, e a formação de "equipas de apoio local", constituídas por camaradas, que irão tentar ajudar cada grupo a superar as dificuldades, que apareçam no seu trabalho.

Para que isto seja possível, necessitamos da colaboração de todos os camaradas, no envio de peças, canções e textos, e no trabalho das equipas de apoio local, no sentido de lutarmos por uma Cultura Popular que sirva realmente o Povo.

Grupo de Apoio aos Grupos Amadores

INICIATIVAS DO SECTOR DE ARTES PLÁSTICAS

A FAPIR obteve já vários frutos da criação de um sector das artes plásticas no seu seio. Assim passou a ser possível executar internamente todo o tipo de trabalhos relacionados com as artes gráficas, como a execução de autocolantes, capas para livros, cartazes e outros. Todas as necessidades dos aderentes neste campo devem ser comunicadas aos Secretariados Distritais da FAPIR.

Por outro lado, este sector pensa desenvolver actividades próprias, estando em vias de ser lançado um cartaz que ilustra a posição dos artistas revolucionários na sociedade capitalista, utilizando uma gravura de Kathe Kollwitz, uma artista plástica que na sua época se colocou sempre ao lado dos explorados.



Tem também este sector em vista a realização duma exposição composta de reproduções de obras de vários artistas plásticos antifascistas de todo mundo, devidamente acompanhados por comentários críticos. Esta realização, para a qual alguns dos elementos do sector têm dado o máximo das suas poucas forças, envolve certo tempo para levar a cabo despesas elevadas, esperando, no entanto, este sector que seja possível levá-la ao grande Festival Antifascista e Popular do 25 de Abril.

Por tudo isso, é necessário que todos os interessados pelas artes plásticas unam a sua acção neste sector da FAPIR, para o que deverão contactar a permanência da FAPIR, no sentido de obter mais informações.

ENCONTRO COM ANTÓNIO ALEIXO



António Aleixo, poeta popular, cauteleiro e guardador de rebanhos, semi-analfabeto, vivendo cheio de privações em plena época salazarista, deixou-nos uma obra de grande dimensão humana, forjada na vida, nas festas, em feiras e romarias, onde o poeta, vendendo cautelas, cantava o protesto de quem se sentia explorado e humilhado na sua condição.

Aleixo não tinha uma clara definição ideológica. A sua poesia era, no entanto, a voz de milhares de homens do povo, que sentem na carne, as garras da exploração e da opressão.

Não deixava, no entanto, de por vezes manifestar um certo sentido trágico da vida, sem perspectivas de luta, isto é, nem sempre a sua concepção do mundo se harmonizava com o optimismo histórico que os explorados inevitavelmente possuem. O futuro é da sociedade sem classes e para lá chegar temos de lutar.

"Este Livro que Vos Deixo", obra compilada por Joaquim Magalhães, tem todos os textos do poeta que foi possível recolher e inclui os seus três autos.

Helder Costa fez a colagem dramática do "Auto do Curandeiro" e "Auto do Ti Jaquim" e encenou o espectáculo.

Foi o resultado magnífico desse trabalho que o grupo de teatro dos trabalhadores dos CTT nos proporcionou, no passado dia 14 de Fevereiro, na presença de muitas dezenas de aderentes da FAPIR.

A Obra teatral de António Aleixo é um exemplo de como um encenador a pode assassinar e tornar reacção, ou, pelo contrário, a pode respeitar e tornar actual e actuante.

E foi por esta segunda via que Helder Costa e o grupo de teatro dos trabalhadores dos CTT enveredaram. É de salientar ainda a forma como foi possível "quebrar" a quadra, não se submetendo à métrica, e interpretar plenamente o sentido do texto.

Após a exibição da peça houve o habitual debate. Era visível a boa disposição da numerosa assistência e nem os "falhanços de memória" dos entusiastas actores, que eles tão bem souberam superar, conseguiram ofuscar o bom espectáculo que nos proporcionaram.

Abriu o debate Rui Sousa Fernandes, que começou por dizer aquilo que melhor o tinha impressionado: "O ambiente de festa que está inserido em todo o espectáculo". Referiu ainda que, segundo a sua perspectiva, é este o caminho a seguir pelos grupos de teatro popular.

Seguidamente, H. Costa explicou que havia, no fundamental, duas possíveis formas de "agarrar" a obra de Aleixo: ou através das quadras de luta ou das quadras de lamentação. "Preferi o ponto intermédio, perspectivando a obra do poeta através da quadra: "Sei que pareço um ladrão! mas há muitos que eu conheço! que não parecendo o que são! são aquilo que eu pareço", disse-los ele.

Houve outras intervenções, todas no sentido de apoio ao trabalho visto. José Júlio pôs em questão a forma como são encarados o curandeiro e a religião, pois, a seu ver, o grupo poderia ter problemas, caso desse espectáculos no norte ou centro do país, zonas de grande tradição católica. A este senão, respondeu um elemento do grupo que, baseando-se na sua prática — porque o Auto do Curandeiro já foi representado no norte e centro — explicou que a reacção do público fora sempre óptima. Efectivamente, a ironia e o humor com que a questão é abordada, adquirem necessariamente a adesão positiva do público, seja ele mais ou menos religioso.

Foram ainda avançados dois problemas. António Moreira (Necas) pôs a questão de que, no magnífico quadro que é a feira, os números de circo que são apresentados podiam ser essencialmente melhorados, pois na



FAPIR há actualmente aulas de circo, ao que Helder Costa retorquiu que a exibição é pela negativa, distanciando-se do rigor real da actuação no circo, brincando com a imagem.

O companheiro Ginho (João Pereira de Almeida) referiu ainda que a peça pode perfeitamente aumentar o nível de participação do público, pois na prática os actores actuam nesse sentido, podendo eventualmente a interacção actores-público ser desenvolvida.

Foi ainda referido que o adição do elemento musical ao vivo, assim como o melhoramento de ligação dos quadros, poderá aumentar a riqueza do espectáculo.

"Este Livro que Vos Deixo", teatralizado por H. Costa, representado pelo grupo de teatro dos trabalhadores dos CTT, é um bom exemplo de como os trabalhadores podem, no seu campo, lutando pelo mundo novo, fazer um bom espectáculo, que educa e diverte.

"O teatro consiste em elaborar produções vivas dos acontecimentos reais ou inventados, que se produzem entre os homens, a fim de os divertir." (Brecht).

Grupo de Reportório



OS FAZ-TUDO E VIVÓ CIRCO

Depois de ter estado a trabalhar no distrito de Coimbra, o colectivo de teatro "Os Faz-Tudo" (aderentes da FAPIR) apresentam na nossa sede provisória o seu trabalho "Viva o Circo ou Chamem-lhe o que quiserem", nos dias 25, 26 e 27 de Março, assim como nos dias 1, 2 e 3 de Abril.

O Grupo de Teatro "Os Faz-Tudo" tem, neste momento, quatro elementos, José Barreiros, Fernando Loureiro, Vera Keel e Maria Luis. Aproveitando a sua presença na nossa sede provisória e depois de termos assistido ao seu interessante espectáculo, entrevistámos-os para o Boletim.

BOLETIM — Como se formou o vosso grupo?

Faz-Tudo — O grupo criou-se em Fevereiro de 1976. Estreámos, em Março, na Cooperativa Árgea, com a peça "O que é? Uma história de Palhaços". Mas a peça estava errada desde o início, porque estávamos na cidade e desconhecíamos o que isso representaria para uma população rural. Estivemos lá um mês. Em Junho, estreámos o segundo espectáculo, que se chamava "Ousar a Luta, Usar a Festa". Consta de uma mesa redonda com os quatro candidatos à presidência de um clube desportivo. Os personagens eram o sr. Ganso, a madame Eucalipto do Penedo, a madame Ramada Abana e o Otelo Saraiva Casmurro. No final, ficavam as madames a disputar a taça, o Otelo partia a cantar a Grândola e as bases (os sapatos) do sr. Ganso partiam atrás do Otelo, deixando o Ganso sem taça nem bases. Estreámos depois a peça infantil sobre a Reforma Agrária "A Pedra que fazia Música" e fomos com ela para Coimbra para tentar fazer trabalho de animação numa aldeia. Esperámos quatro meses por um subsídio que não chegou. Fizemos 100 aldeias do distrito de Coimbra com o apoio do Citac e das organizações populares de base. Ainda em Coimbra, Novembro passado, estreámos "Viva o Circo ou Chamem-lhe o que quiserem" e em Dezembro fomos fazer o distrito de Leiria. Entretanto, regressámos a Lisboa, onde lutámos por um subsídio e estivemos na luta do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos contra a SEC.

Bol. — Ah, vocês são profissionais?

Faz-Tudo — Somos uma Cooperativa de teatro. Pedimos um subsídio para ir para o distrito de Leiria durante seis meses. A seguir, iremos a Cabo Verde convidados pelo Governo.

Bol. — Com esta peça?

Faz-Tudo — Não. Vamos estreiar uma nova peça infantil, "A Procura da Cidade Nova", e em fins de Abril estreamos o "Nascimento, Ascensão e Glória do menino António, dirigente por mérito próprio".

O nosso objectivo é fazer animação. Queremos desenvolver um trabalho com crianças, com grupos amadores e queremos utilizar os palhaços para fazer alfabetização. Achamos que há uma memória popular nos palhaços. Utilizamos o palhaço para fazer teatro, visto que consideramos que o palhaço de circo tem uma agressividade que não nos interessa. Vamos também montar um audio-visual sobre a situação dos cabo-verdeanos em Portugal.

Bol. — Qual o objectivo essencial da peça que representam neste momento?

Faz-Tudo — Com o "Viva o Circo", pretendemos focar a alienação do trabalho e a necessidade do sentimento de festa no trabalho. Foi um texto feito a pensar numa população rural do distrito de Coimbra e ao mesmo tempo uma população urbana da cintura da cidade. Tentava ser uma peça que desse para os dois tipos de público. Por outro lado pretendíamos que ela nos definisse politicamente, na acção, mas sem que à partida nos

pudessem rotular. A história tem uma estrutura, que permite meter dentro dela os problemas específicos da localidade ou os problemas políticos, que se estão a passar.

Bol. — O que pensam do teatro infantil?

Faz-Tudo — As peças não devem ser acabadas. Deve ser uma estrutura que se possa modificar. As crianças devem poder cantar, criar os seus próprios personagens. Mas para isto, temos que estar num certo local, com elas a fazer animação.

Bol. — Qual o tipo de trabalho, a nível da ideologia, que acham importante?

Faz-Tudo — Para nós, é desmistificar todos os valores burgueses. As crianças devem encontrar dentro de si e não esperar o que vem do exterior. Pensamos aproveitar os materiais que eles próprios nos forneçam.

Bol. — Como se processa o trabalho nas aldeias?

Faz-Tudo — O nosso espectáculo é pobre. Nós fazemos tudo com o que temos. As pessoas que nos vêm nas aldeias, constataam que também sabem fazer aquilo e sentem-se motivadas para isso. Vêm-nos pedir depois para lhes ensinarmos a técnica, para ajudá-las. Desejamos ter uma casa-oficina, onde as crianças possam fazer trabalhos manuais, fotos, bibliotecas, etc. Um sítio para verem como gastamos o dinheiro que no fundo é deles, do povo.

Bol. — Em relação ao trabalho nas escolas?



Faz-Tudo — Não tivemos ainda. Fomos a creches. Mas com este projecto iremos depois às escolas. Temos um texto sobre história de Portugal: pegamos no tema, passamo-lo para teatro, e desmontamo-lo. Aproveitamos portanto para fazer alfabetização.

Bol. — Qual é a vossa posição, neste momento, sobre a SEC?

Faz-Tudo — Estamos com os 17 grupos que recusaram a proposta da SEC.

Bol. — Que relação têm com outros grupos de Teatro?

Faz-Tudo — Temos uma ligação com o "Bando", que é o grupo mais próximo de nós, não por ser infantil, mas por uma certa coerência política e estética. Na luta dos trabalhadores de espectáculo entendemo-nos bem com este grupo e com as posições de alguns elementos de outros grupos.

Bol. — O que pensam, como aderentes, do trabalho da FAPIR, e como se integram nela?

Faz-Tudo — Temos estado afastados. Estivemos em Coimbra. Ultimamente é que estamos mais ligados. É um trabalho importante e iremos integrar-nos nele a nível de espectáculos e ligarmo-nos aos grupos de teatro. Devemos ter uma tática comum. Devemos juntar toda a comunicação antifascista através da arte, num só bloco. É isso que deve ser a FAPIR.

Bol. — Sobre o Boletim?

Faz-Tudo — Estamos dispostos a colaborar, aliás todos os grupos deveriam fazer isso, porque a informação centra-se em Lisboa.



til), que provavelmente ficarão como projecto, que os grandes, os do poder, talvez não deixem que se torne realidade.

Dia 3: Desta vez foi em "Vale Paraíso". O dia de sol permitiu-nos representar a nossa peça infantil, o "Bão", no recreio da escola primária.

Da motivação da comunicação ficou um testemunho gráfico, as pinturas em papel cenário, estendido no chão com a rapaziada ao redor. Os amarelos e os vermelhos pincelados com o rigor infantil diziam muitas coisas sobre as realidades da vida daquelas crianças.

Dia 4: A primeira representação da peça "O Muro", fora da casa da Comuna, excepção feita da estreia na Baixa da Banheira, foi Santa Iria da Azóia. O espectáculo foi realizado numa garagem emprestada para este dia. Os espectadores, na maioria mulheres e crianças, assistiram aos últimos aspectos da montagem do espectáculo, numa atitude participante e observadora.

Daquilo que se passou durante a hora e um quarto, que durou a peça, alguém por entre a assistência comentou: "O João sem medo somos todos nós". Num grupo mais ao lado, ouviu-se: "Temos que falar disto durante a semana".

Dia 6: Em Aveiras de Cima, outra tarde infantil, com exibição de filmes educativos e jogo dramático, com a participação do Nuno Madureira, animador musical, num trabalho de conjunto, em que o tema foi a história dos instrumentos musicais. No mesmo dia, à noite, foi apresentada a peça "O Fogo" na casa do povo de Aveiras de Baixo. Na pequena sala, completamente cheia de um público na sua maioria mulheres e crianças, o espec-

táculo decorreu com uma participação constante dos espectadores, no que se ia passando. No final, o debate teve intervenções como esta: "amanhã no lavadouro todas falam disto".

Dia 8: Outra representação do "Bão", na escola preparatória de Manique do Intendente. No final, os miúdos exprimiram o que tinham visto, pintando as paredes de uma das salas da escola e em grandes folhas de papel cenário.

Talvez pela distância da escola em relação à vila e pela hora a que se realizou esta tarde infantil, apenas uma centena e meia de crianças tiveram a oportunidade de participar nela.

Dia 9: Na Comuna de Aveiras de Cima, Cooperativa Popular, numa quinta ocupada pelo povo daquela vila, o grupo de teatro e a peça, "O Muro".

Embora sendo dia de semana, a adega onde se realizou o espectáculo estava completamente abarrotada, pessoas sentadas, de pé, em cima das pipas de vinho, por todos os lados, onde houvesse espaço disponível.

Como em seguida actuou o GAC, não houve debate mas comentários, como os de um camponês idoso que, num ar cúmplice, disse: "Eu percebi muito bem o que vocês queriam dizer, mas muitos daí não perceberam (o professor não tinha percebido lá muito bem)", comentários elucidativos e que nos parecem a resposta adequada, para os que dizem que o povo não compreende.

Como em todas as "tournées" da Comuna, mais alguma coisa se aprendeu, novos elementos para o nosso trabalho, para a luta que é também o teatro.

A COMUNA EM "TOURNÉE"

Dia 2 de Março: Dentro do plano previsto para esta digressão, a Comuna esteve neste dia, em Vila Nova de S. Pedro.

O trabalho que ali se desenvolveu com as crianças da escola primária mostrou-nos, mais uma vez, a ausência de actividades culturais, nas pequenas vilas e aldeias como esta. A alegria com que nos receberam foi prova disso ("isto vai ser uma alegria para os cachopos!", palavras de uma rapariguinha de oito anos).

Passaram-se filmes, falámos com eles e do trabalho que designámos como expressão plástica, ficaram lá pintados, nas paredes da escola, os desejos da miudagem (uma piscina, um campo de futebol, um parque infan-

A CENTELHA EM VISEU

Cerca de quarenta Grupos Amadores de Teatro (GAT), isolados de tudo, e "A Centelha" foi encontrar no distrito de Viseu. Num raio de mais de noventa quilómetros, espalham-se os grupos de Teatro e Associações culturais. Em cidades, vilas e aldeias. Aldeias sem acesso e praticamente sem comunicações no Inverno, tal é o estado das estradas (quando as há) graças à chuva e à neve. Este é um dos aspectos do nosso trabalho. Com efeito, faz parte do nosso plano o apoio aos Grupos Amadores de Teatro. Assim, somos levados a percorrer dezenas de quilómetros por dia, para chegarmos ao contacto "in loco" com o grupo e o seu trabalho. É aqui que deparamos com a grande quantidade de carências, com que os grupos montam as suas peças. Grupos geograficamente isolados e deliberadamente abandonados pelo fascismo, sofrem ainda hoje as consequências desse regime odioso. Vítimas também da tão falada centralização nas grandes cidades "das coisas da cultura" (no caso). Mal que é próprio do sistema em que vivemos.

É graças a uma grande dedicação e a um grande esforço que a generalidade dos GAT montam uma peça de teatro. Em primeiro lugar, não têm acesso a peças (dispondo apenas de peças antigas, de conteúdo duvidoso, de que às vezes nem se sabe o autor); em segundo lugar, não têm onde ir buscar conhecimentos técnicos de todo o tipo. Por último, sofrem também a má influência dos caciques e do obscurantismo religioso que lhes tolhe os movimentos.

O nosso trabalho, neste campo, tem sido fazer os primeiros contactos (quando nos inteiramos dos problemas de cada grupo em particular); e, depois dessa fase, passamos a trabalhar com eles, a ajudá-los a resolver as suas dificuldades, quer introduzindo as técnicas de montagem de peças, quer resolvendo alguns problemas pontuais.

Tencionamos ainda realizar um pequeno curso de noções elementares das diversas disciplinas de teatro. Conseguiremos assim uniformizar o nível técnico dos grupos e remediar o facto de não podermos deslocar-nos aos grupos vezes suficientes. Deixaremos então "qualquer coisa" depois da nossa efémera passagem, e os grupos poderão marchar pelos seus próprios pés.



É claro que nem todos os grupos estão ao mesmo nível. Há mesmo alguns grupos com um apreciável palmarés. Para isso contribuí a sua experiência e o apoio que têm tido.

Tradições, heróis, lendas, canções de trabalho, etc., foi o que encontramos no distrito de Viseu, no que toca à cultura popular.

No distrito, viveu, há muito tempo, o "general" Viriato, que se refugiou nos montes Hermínios, para defender com unhas e dentes a independência da sua terra. Lembram-se? Um herói que é preciso fazer reviver, especialmente no momento actual, em que Portugal se encontra subjogado ao imperialismo, contra o qual os nossos governantes não têm força nem vontade de lutar. O espírito de independência nacional, representado por Viriato, é a única força que, nas mãos do povo, pode libertar Portugal da dependência e livrar-nos da humilhação que é ter a NATO cá dentro.

Digamos que esta é a particularidade de Viseu. Aliás, o hino de Viseu louva sem cessar o herói Viriato e na cidade muitas lojas, restaurantes e empresas têm o seu nome. Como é evidente para uns trata-se do "espírito da Pátria" (chauvinista) e para outros o "espírito da independência nacional" e da liberdade. "Uns" e "outros" sempre em luta.

Resumindo: a recolha e o estudo

da cultura popular é outro dos nossos trabalhos, infelizmente do que ainda temos menor número de experiências.

Esta recolha é de grande importância para os artistas populares e intelectuais revolucionários, já que vai fornecer-nos material em que podemos fundamentar a nossa actividade.

Conhecer em profundidade a cultura do nosso povo é uma tarefa que todos devemos cumprir, para que as nossas ideias possam ir chegando a cada vez mais pessoas. Por outro lado, é também importante fazer renascer as canções, danças, costumes, onde já foram esquecidos ou substituídos por "modernidades". É isso que faremos aqui, no distrito de Viseu.

Trabalhamos também na "sensibilização dos jovens", sobretudo junto às escolas, onde os professores se mostram muito interessados em aplicar o teatro (fantoques, por exemplo) à pedagogia.

A importância da nossa estadia em Viseu é evidente. Tanto para os Grupos de Teatro do Distrito como para nós, como ainda para a FAPIR. Esperamos poder contribuir para o alargamento da FAPIR até Viseu, onde há muito material para trabalhar.

Por último, confiamos que a nossa experiência vai enriquecer a Centelha e todos os camaradas da FAPIR.

A CENTELHA

ATENTADO BOMBISTA CONTRA GRUPO QUATRO

O Secretariado Distrital de Lisboa da FAPIR, na sua primeira reunião, realizada a 11 de Março de 1977, repudia veementemente o atentado bombista de que foi alvo o Teatro Aberto, do Grupo Quatro, à Praça de Espanha.

Manifestando a sua solidariedade para com este grupo de teatro independente, a FAPIR, através do seu Secretariado Distrital de Lisboa, denuncia a ofensiva fascista de que este atentado é um exemplo claro.

Secretariado Distrital Provisório de Lisboa

FICHA DO GRUPO CANTO POPULAR DE ALMADA

O Grupo de Canto Popular de Almada surgiu em 1969, então como Coro da Incrível Almadense. Desde aí até ao 25 de Abril realizou inúmeras sessões em colectividades populares, cooperativas, sociedades recreativas, etc., principalmente do distrito de Setúbal.

O seu reportório era fundamentalmente constituído por música popular tradicional portuguesa e estrangeira, antiga e moderna. Paralelamente, elementos do Coro dedicavam-se à recolha e estudo da nossa música tradicional, por meio de deslocações ao Alentejo, Beiras e Trás-os-Montes. O objectivo fundamental era então divulgar a criação popular genuína, em luta contra a política cultural fascista que tinha no SNI o seu exemplo mais gritante. O trabalho até aí realizado e o aperfeiçoamento técnico e artístico atingido foi um apoio muito importante para o que viria a ser a actividade do GCPA. Após o 25 de Abril, o grupo viu-se obrigado a abandonar a Incrível, devido a divergências surgidas com a Direcção da colectividade, afectada a uma orientação reformista, constituindo-se então como grupo autónomo. Daí em diante, o ritmo e o estilo de trabalho sofreram profundas modificações tanto no aspecto do re-

portório — que passou a ser fruto do trabalho de criação de elementos do grupo, procurando sempre fundir num todo o trabalho e a luta do Povo com a linguagem musical tradicional popular, como na mais clara definição política e organizativa. Desde Abril de 74, realizaram-se para cima de 300 sessões de Canto Popular em Comissões de Trabalhadores, Moradores, Soldados, Cooperativas, GDUP, Sindicatos, Colectividades, etc.

O GCPA fez parte dos proponentes da plataforma inicial de lançamento da Pró-FAPIR, hoje FAPIR, tendo-se empenhado nas diversas frentes de trabalho, particularmente após o Plenário Nacional de Setembro de 76.

Actualmente o GCPA é constituído por 13 elementos. Procura em conjunto com outros camaradas da Margem-Sul levantar a organização da FAPIR na sua zona de acção através da formação de um Centro de Cultura Popular.

Editou com os seus próprios meios uma brochura "Canções Populares" e dois folhetos, "Romance de Libertação", poema popular brasileiro, e "Cantiga das Autarquias"; em Dezembro de 1976, o GCPA gravou um disco EP "BATE CERTO!" a ser editado brevemente pela "Vozes na Luta" Cooperativa de Acção Cultural.

Contacto: Av. D. Nuno Álvares Pereira, 61, 2º
Almada
Telef. 2765757

ACTIVIDADE DOS GRUPOS

CANTO

O Canto, (Ex-grupo de teatro da Casa dos Açores) encontra-se em fase adiantada no trabalho de ensaio da próxima peça, "O FOSSO". Até lá, este grupo continua a actuar com "O Canto", peça que fala da luta dos camponeses pobres dos Açores.

COMUNA

Depois de uma "tournée" por alguns pontos do país, e da apresentação da peça "Fogo!", no espectáculo de lançamento da FAPIR, no distrito do Porto, este grupo de teatro desloca-se a Espanha entre 11 e 23 de Março, representando em Granada, Cordova, Almeria, Huelva, Sevilha, Madrid, Cuenca e Valladolid.

G.C.P.A.

Por iniciativa do Grupo de Canto Popular de Almada, foi formada uma Comissão Coordenadora que engloba elementos do GCPA, do Coro do Pragal, do Grupo Coral ALERTA de Alhos Vedros (que frequentaram o curso de monitores e que vão brevemente aderir à FAPIR) e do T.A.C.A. — Teatro de Acção Cultural de Almada. A esta Comissão estão também a ser chamados elementos dispersos que desenvolvem trabalho cultural na zona de Almada.

O objectivo desta Coordenadora é levantar, a curto prazo, um Centro de Cultura Popular naquela zona que, integrado na FAPIR, possa conjugar e estimular de uma forma organizada a actividade cultural revolucionária na Margem Sul, a todos os níveis. Entretanto, e enquanto se desenvolve este esforço de organização inicial, a Coordenadora constituiu-se em CLAF (Comissão Local de Apoio ao Festival). Pensam os camaradas que, deste modo, não só poderão dar todo o apoio à organização do Festival Popular do 25 de Abril, como poderão também, através dos CLAFs, impulsionar as actividades da FAPIR na sua zona de acção. Será um modo de, em conjunto com os restantes camaradas do Distrito, contribuir para levantar a organização distrital da Frente num terceiro distrito, o de Setúbal.

Devido a alguns contratemplos surgidos na parte técnica da feitura do disco, o EP do GCPA "Bate Certo", só deverá ser editado em fins de Março, início de Abril, pela Cooperativa de Acção Cultural "Vozes na Luta".



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS



A Imprensa Regional sempre viveu com enormes dificuldades. Mesmo depois da abolição da censura em 1974, essa imprensa continuou submetida aos esquemas antigos de distribuição e venda, vivendo quase unicamente de assinantes e amigos que vão ajudando, quando calha. Praticamente, verifica-se hoje que essa imprensa subsiste de acordo com o maior ou menor número de anúncios publicitários que

publicam. Com o aumento de papel, das tarifas postais e da impressão, muitos deles têm vindo a acabar ou a suspender a publicação por tempo indeterminado.

É justo, porém, dizer que a maioria dessas publicações primavam, e ainda primam, pela má qualidade e não eram mais do que um veículo de transmissão dos valores reaccionários e terroristas da ideologia fascista.

Temos recebido, gratuitamente, alguns periódicos de tendências diversas, sendo porém a tônica predominante, publicações que dizem defender o "regime vigente", aproveitando para passarem nas suas páginas ataques às lutas do Povo, e ao 25 de Abril.

Porém, a imprensa regional tem um papel muitíssimo importante da defesa das populações locais, combatendo o fascismo e a exploração capitalista. Os antifascistas e todos os progressistas interessados em servir o Povo deviam colaborar nesses periódicos, defendendo ideais justos e patrióticos.

— Quantos despejos não se fazem por essa província fora?

— Quantos pides e bombistas não se acoitam por essas vilas e aldeias?

— Quanta exploração e desemprego não há na tua zona?

Para isto e para dezenas de perguntas destas, a Imprensa Regional tem uma palavra a dar.

Recebemos os seguintes jornais:

"Voz de Lavacinhos", Fundão; "Voz da Senhora da Granja", Proença-a-Velha; "A Rabeca", Portalegre; "Maré Viva", Espinho; "Litoral Oeste", S. Martinho do Porto; "A Forja" Torres Novas; "Notícias do Sul", Évora; "Jornal da Costa do Sol", Cascais e Oeiras; "Democracia do Norte", V. N. de Famalicão; "Jornal do Alentejo", "Eco do Funchal", Funchal.

Outras publicações recebidas: "O Islão", órgão da Comunidade Islâmica de Lisboa; "De Mãos Dadas", boletim da ARSTA (Associação Regional de Santarém do Teatro Amador); "Amizade Portugal-Albânia", boletim daquela Associação; "Albânia, Terra do Homem Novo", revista da mesma Associação.

De Tudo o que recebermos iremos dando notícias.



CD25A

CD25A



INSTITUTO DE CIÊNCIAS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
21 DE ABRIL